

# DECRETO Nº 9.533 DE 31 DE AGOSTO DE 2005

(Publicado no Diário Oficial de 01/09/2005).

**Altera dispositivos do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **D E C R E T A**

**Art. 1º** Os dispositivos do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001, abaixo indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

**I** - o item 3 da alínea “e” do inciso II do art. 3º:

*“3. Universidade Corporativa do Serviço Público - Unidade Fazenda:*

*3.1. Coordenação de Planejamento e de Gestão do Conhecimento;*

*3.2. Coordenação de Ensino Presencial;*

*3.3. Coordenação de Ensino a Distância;*

*3.4. Coordenação de Desempenho e Carreira;*

*3.5. Coordenação de Desenvolvimento Organizacional;*

*3.6. Coordenação de Serviços Administrativos.”*

**II** - o inciso III do art. 10:

*“III - Através da Universidade Corporativa do Serviço Público – Unidade Fazenda, que tem por finalidade promover, coordenar e executar ações de capacitação, desenvolvimento e avaliação do quadro de pessoal da Secretaria:*

*a) pela Coordenação de Planejamento e de Gestão do Conhecimento:*

*1. efetuar o planejamento anual de capacitação dos funcionários da Secretaria;*

*2. promover, no que couber à Universidade, a gestão do conhecimento dentro da Secretaria;*

*3. gerir o sistema informatizado da Universidade;*

*4. coordenar e acompanhar a execução do programa de capacitação em nível de pós-graduação.*

*b) pela Coordenação de Ensino Presencial:*

*1. executar as ações de treinamento;*

*2. proceder à avaliação relativa às atividades de treinamento;*

*3. administrar a atividade de instrutoria interna;*

*c) pela Coordenação de Ensino à Distância:*

*1. produzir, disponibilizar e administrar o ensino à distância;*

*2. pesquisar, desenvolver e aplicar novas técnicas de ensino na modalidade de ensino à distância;*

*3. disponibilizar e controlar o uso dos aplicativos próprios ou específicos.*

*d) pela Coordenação de Desempenho e Carreira:*

*1. gerir o Plano de Carreira dos servidores da Secretaria;*

*2. coordenar, acompanhar e aperfeiçoar o sistema de avaliação de desempenho;*

*3. administrar e manter atualizado banco de sucessão.*

*e) pela Coordenação de Desenvolvimento Organizacional:*

*1. Implementar ações de desenvolvimento organizacional;*

*2. aplicar sistema periódico de avaliação do impacto das ações de capacitação;*

*3. gerir o Programa de Qualidade;*

*4. dar suporte aos demais programas da Secretaria da Fazenda - SEFAZ através de ações que facilitem o processo de mudança;*

*5. coordenar as atividades de consultoria interna;*

*6. realizar pesquisas de interesse da SEFAZ na área de gestão.*

*f) pela Coordenação de Serviços Administrativos:*

*1. providenciar a constituição e instrução dos processos de contratação e pagamento de instrutores internos e externos e demais prestadores de serviços;*

*2. providenciar a solicitação de diárias e passagens de servidores e de prepostos nos deslocamentos em objeto de serviço;*

*3. efetuar o controle dos bens móveis da Universidade;*

*4. providenciar o suprimento de materiais de expediente e de treinamento;*

*5. demandar os serviços de manutenção, consertos e serviços gerais;*

*6. efetuar as demais ações de suporte aos trabalhos da Universidade.”*

**III - a alínea “c” do inciso V do art. 11:**

*“c) pelas Inspetorias de Fiscalização de Grandes Empresas:*

*1. executar programas de fiscalização estabelecidos pela Diretoria de Planejamento da Fiscalização - DPF junto a grandes empresas;*

*2. dimensionar recursos necessários para composição de equipes de fiscalização;*

*3. fornecer aos órgãos competentes os elementos necessários à promoção das ações civil e penal contra os responsáveis por ilícitos fiscais;*

*4. realizar diligências e revisões fiscais em processos administrativo-fiscais oriundos da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado e do Conselho de Fazenda Estadual - CONSEF.”*

**IV - o art. 12-A:**

*“Art. 12-A À Corregedoria da Fazenda, que tem por finalidade inspecionar as atividades técnico-administrativas dos órgãos desta Secretaria e apurar a responsabilidade administrativa nos ilícitos contra a Fazenda Pública Estadual, compete:*

*I - Através da Coordenação de Auditoria Interna:*

- a) proceder à inspeção periódica das unidades, verificando a uniformização dos procedimentos, a eficiência, economicidade e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;*
- b) realizar nas unidades, de ofício ou mediante solicitação da autoridade competente, inspeção, perícia ou correção geral;*
- c) apurar responsabilidade administrativa em face de irregularidades ou fatos infringentes às disposições legais e regulamentares por parte de servidores em exercício na Secretaria da Fazenda;*
- d) avaliar as medidas tomadas pelas unidades, visando à preservação dos ativos e do patrimônio, e a adequada aplicação dos recursos;*
- e) encaminhar ao Corregedor sugestões para o Plano Anual de Inspeção e Correção;*
- f) apresentar ao Corregedor, até o quinto dia do mês subsequente, relatório de suas atividades;*
- g) processar e decidir pedidos de providências relacionados com sua atuação.*

*II - Através da Coordenação de Revisão Fiscal:*

- a) realizar revisão nos procedimentos da Auditoria Fisco-Contábil, de ofício ou mediante solicitação da autoridade competente, avaliando a qualidade dos trabalhos efetuados pela fiscalização, visando a eficiência através da uniformização dos procedimentos, da regularidade da ação fiscal e da correta aplicação das normas tributárias;*
- b) encaminhar ao Corregedor os critérios para escolha dos trabalhos que serão submetidos a revisão dos procedimentos fiscais;*
- c) encaminhar ao Corregedor a quantificação dos trabalhos a serem realizados para constar do Plano Anual da Corregedoria;*
- d) apresentar ao Corregedor, até o quinto dia do mês subsequente, relatório de suas atividades;*
- e) processar e decidir pedidos de providências relacionados com sua atuação;*
- f) realizar diligências relacionadas a sua área de atuação, quando solicitadas.”*

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001, os seguintes dispositivos:

**I** - o item 6.17 à alínea “f” do inciso II do art. 3º:

*“6.17. Inspetoria de Fiscalização de Grandes Empresas.”*

**II** - o item 7.16 à alínea “f” do inciso II do art. 3º:

*“7.16. Inspeção de Fiscalização de Grandes Empresas.”*

**III** - o item 8 à alínea “f” do inciso II do art. 3º:

*“8. Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis:*

*8.1. Gerência de Fiscalização;*

*8.2. Gerência de Ações Especiais.”*

**IV** - o inciso VI ao art. 11:

*“VI - através da Coordenação de Fiscalização de Petróleo e Combustíveis, que têm por finalidade assegurar a arrecadação através da fiscalização de estabelecimentos, investigação de fraudes e redução de conflitos na aplicação da legislação tributária, relativos ao segmento de petróleo e combustíveis:*

*a) pela gerência de fiscalização:*

*1. executar programas de fiscalização para as empresas do setor localizadas no estado e em outras unidades da federação;*

*2. analisar o potencial e os fatores sazonais que influenciam a arrecadação;*

*3. realizar diligências e revisões fiscais em processos administrativos fiscais, requeridos pela Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado e CONSEF;*

*4. proceder à fiscalização nos casos de denúncias ou suspeita de cometimento de crimes de sonegação fiscal;*

*5. fornecer aos órgãos competentes os elementos necessários à promoção das ações civil e penal contra os responsáveis por ilícitos fiscais;*

*6. propor estudos para redução de conflitos na análise e aplicação da legislação;*

*7. planejar, em conjunto com a DPF, ações fiscais visando a identificação de fraudes na comercialização de combustíveis, dimensionando os recursos necessários para seu desenvolvimento;*

*8. atualizar a base de dados dos contribuintes do ICMS do segmento petrolífero e distribuição de combustíveis.*

*b) pela gerência de ações especiais:*

*1. identificar e mapear focos e formas de sonegação fiscal em todo o Estado;*

*2. interagir com os diversos órgãos que monitoram os contribuintes do setor e com outros órgãos contratados para tal fim;*

*3. planejar ações fiscais visando a identificação de fraudes na comercialização de combustíveis, dimensionando os recursos necessários para seu desenvolvimento;*

*4. fornecer aos órgãos competentes os elementos necessários à promoção das ações civil e penal contra os responsáveis por ilícitos*

*fiscais.”*

*V - as alíneas “h” e “i” ao inciso XIV do art. 14:*

*“h) receber e analisar denúncias de contribuintes sobre irregularidades ou ilícitos administrativos-disciplinares na atividade de administração tributária;*

*i) promover o intercâmbio com órgãos congêneres na esfera federal, estadual ou municipal, visando à apuração de irregularidades e ilícitos contra a Fazenda Estadual.”*

**Art. 3º** O § 2º do art. 11, do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001, passa a constituir seu parágrafo único.

**Art. 4º** O Anexo Único do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.

**Art. 5º** Ficam revogados os seguintes dispositivos do Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.921, de 02 de abril de 2001:

**I** - o inciso V do art. 2º;

**II** - o item 6.15 da alínea “f” do inciso II do art. 3º;

**III** - o item 7.14 da alínea “f” do inciso II do art. 3º;

**IV** - o § 1º do art. 11.

**Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 31 de agosto de 2005.

**PAULO SOUTO**

Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas

Secretário da Fazenda

Marcelo Barros

Secretário da Administração

## **ANEXO ÚNICO**

### **QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA**

<b>UNIDADE</b>	<b>SÍMBOLO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>1. GABINETE DO SECRETÁRIO</b>		
Subsecretário	DAS-1	1
Chefe de Gabinete	DAS-2A	1
Assessor Especial	DAS-2C	3
Coordenador I	DAS-2C	5

Assessor Técnico	DAS-3	5
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	1
Coordenador II	DAS-3	3
Secretário de Gabinete	DAS-3	1
Assessor Administrativo	DAI-4	2
Coordenador III	DAI-4	1
Oficial de Gabinete	DAI-5	2
Secretário Administrativo I	DAI-5	5

**Nota:** A redação atual do item 1 do Anexo Único foi dada pelo Decreto nº 9.621, de 01/11/05, DOE de 02/11/05, efeitos a partir de 02/11/05.

**Redação do item 1 dada por este Decreto, efeitos de 01/09/05 a 01/11/05:**

**"1. GABINETE DO SECRETÁRIO**

<i>Subsecretário</i>	<i>DAS-1</i>	<i>1</i>
<i>Chefe de Gabinete</i>	<i>DAS-2A</i>	<i>1</i>
<i>Assessor Especial</i>	<i>DAS-2C</i>	<i>3</i>
<i>Coordenador I</i>	<i>DAS-2C</i>	<i>6</i>
<i>Assessor Técnico</i>	<i>DAS-3</i>	<i>6</i>
<i>Assessor de Comunicação Social I</i>	<i>DAS-3</i>	<i>1</i>
<i>Coordenador II</i>	<i>DAS-3</i>	<i>3</i>
<i>Secretário de Gabinete</i>	<i>DAS-3</i>	<i>1</i>
<i>Assessor Administrativo</i>	<i>DAI-4</i>	<i>2</i>
<i>Coordenador III</i>	<i>DAI-4</i>	<i>1</i>
<i>Oficial de Gabinete</i>	<i>DAI-5</i>	<i>2</i>
<i>Secretário Administrativo I</i>	<i>DAI-5</i>	<i>5"</i>

**2. CONSELHO DE FAZENDA DO ESTADO**

Presidente de Conselho	DAS-2B	1
Assistente de Conselho	DAS-3	3
Secretário Administrativo I	DAI-5	1

**3. AUDITORIA GERAL DO ESTADO**

Auditor Geral	DAS-2A	1
Coordenador I	DAS-2C	2
Coordenador II	DAS-3	4
Coordenador III	DAI-4	1
Secretário Administrativo I	DAI-5	1

**4. DIRETORIA GERAL**

Diretor Geral	DAS-2B	1
Diretor	DAS-2C	3
Coordenador II	DAS-3	14
Coordenador III	DAI-4	6
Assistente Orçamentário	DAI-4	2
Coordenador IV	DAI-5	5
Secretário Administrativo I	DAI-5	6
Secretário Administrativo II	DAI-6	28

**5. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA**

Superintendente	DAS-2A	1
Diretor	DAS-2B	3
Gerente	DAS-3	6
Coordenador II	DAS-3	9
Coordenador III	DAI-4	4
Assessor Administrativo	DAI-4	1
Coordenador IV	DAI-5	10
Secretário Administrativo I	DAI-5	2

**6. SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Superintendente	DAS-2A	1
Diretor	DAS-2B	6
Coordenador I	DAS-2C	1
Inspetor	DAS-2D	40
Gerente	DAS-3	15

Coordenador II	DAS-3	34
Assessor Administrativo	DAI-4	1
Coordenador IV	DAI-5	59
Secretário Administrativo I	DAI-5	6

#### **7. SUPERINTENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

Superintendente	DAS-2A	1
Diretor	DAS-2B	3
Coordenador I	DAS-2C	1
Gerente	DAS-3	8
Coordenador II	DAS-3	6
Assessor Administrativo	DAI-4	1
Coordenador IV	DAI-5	10
Secretário Administrativo I	DAI-5	3

#### **8. CORREGEDORIA DA FAZENDA**

Corregedor	DAS-2B	1
Coordenador I	DAS-2C	2
Secretário Administrativo I	DAI-5	1

#### **9. SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

Secretário Executivo	DAS-2A	1
Coordenador I	DAS-2C	2
Assessor Administrativo	DAI-4	1

#### **10. COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO**

Coordenador I	DAS-2C	1
Assessor Técnico	DAS-3	1

**Nota:** O item 11 foi acrescentado ao Anexo Único pelo Decreto nº 9.621, de 01/11/05, DOE de 02/11/05, efeitos a partir de 02/11/05.